

**Protestos e democracia: um estudo comparativo do perfil das mobilizações em capitais brasileiras (2018-2020)**

**Protests and democracy: a comparative study of the profile of mobilizations in Brazilian capitals (2018-2020)**

Alana Souza <sup>1</sup>

Cláudio André de Souza <sup>2</sup>

Nirvana Krisna Soares Bitencourt <sup>3</sup>

**Resumo:** A pesquisa tem o propósito de mapear protestos de rua das cidades de Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo no intuito de compreender os seus perfis, principais atores políticos, suas demandas, sua relação com o espaço, e sistema político (governos, instituições e partidos). Em vista disso, este trabalho procura dialogar com as vertentes das teorias dos movimentos sociais que fundamentam os estudos na esfera institucional do sistema político, buscando entender, sobretudo, o perfil dessas mobilizações enquanto um repertório de ação. A pesquisa foi produzida através de categorização quantitativa das manifestações, buscando-as em meios de comunicação relevantes (perfil de lideranças em redes sociais, jornais impressos e digitais, blogs) das cidades analisadas.

**Palavras-Chave:** “Protestos”. “Capitais brasileiras”. “Estado e Sociedade”. “Movimentos Sociais”.

**Abstract:** The research aims to map street protests in the cities of Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador and São Paulo in order to understand their profiles, main political actors, their demands, their relationship with the space, and political system (governments, institutions and parties). In view of this, this work seeks to dialogue with the theories of social movements that underlie studies in the institutional sphere of the political system, seeking to understand, above all, the profile of these mobilizations as a repertoire of action. The research was produced through quantitative categorization of the manifestations, looking for them in relevant media (profile of leaders in social networks, printed and digital newspapers, blogs) of the analyzed cities.

**Keywords:** “Protests”. “Brazilian capitals”. “State and Society”. “Social movements”.

---

<sup>1</sup> Graduada em Relações Internacionais e Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Técnica em Turismo pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA), Voluntária Global AIESEC. Bolsista da Iniciação Científica PIBIC- CNPq.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6616-1523>

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Sociais, habilitação em Ciência Política pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela UFBA. Professor Adjunto de Ciência Política da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, São Francisco do Conde (BA). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (UCSAL). Filiado à Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Endereço eletrônico: [clandresouza@gmail.com](mailto:clandresouza@gmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9979-8360>

<sup>3</sup> Graduada em Bacharelado em Humanidade pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Foi bolsista remunerada do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) com o projeto de pesquisa: "Protestos e democracia: um estudo comparativo das mobilizações ocorridas em Belém, Belo Horizonte, Fortaleza e Rio de Janeiro (2018-2020)" durante os anos de 2019 à 2020. Atualmente Graduada do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais (UNILAB).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0987-1190>

## Introdução

Este trabalho resulta de pesquisa que objetivou coletar informações sobre as manifestações ocorridas em Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, levantando os perfis enquanto um repertório de ação (TILLY, 1998). É relevante que os estudos sobre movimentos sociais realizem análises relacionando as particularidades, demandas, formas de ação, e interações com as esferas políticas que circundam tais movimentos nas diferentes dinâmicas urbanas.

Os atos realizados nas cidades pesquisadas dependem de conjunturas políticas e circunstâncias socioculturais singulares quanto à vínculos e interações. Há também o objetivo de mapear as mobilizações nas periferias que reivindicam o acesso à água, segurança, transporte, iluminação pública e outros direitos, que são, em geral, pouco visibilizados pelo sistema político e pelas mídias, mas que possuem a mesma magnitude que grandes movimentos bem articulados no âmbito da ação coletiva.

A pesquisa foi produzida por meio de categorização quantitativa das manifestações noticiadas por redes sociais, blogs, jornais digitais ou impressos e telejornais, todos disponíveis na internet. Houve a criação de um “script”, na ferramenta “Google Alerta” para fazer o levantamento dos protestos de cada cidade em tempo real. Todas as notícias foram visualizadas diariamente através dos e-mails enviados pela ferramenta, depois lidos e filtrados brevemente para serem organizados somente por cidade, mês e ano, listando os protestos realizados.

Recolhemos manifestações dos anos 2018, 2019 e primeira metade de 2020, do dia 01 de janeiro até dia 31 de maio. Após a coleta e separação dos links, as informações foram organizadas pelas seguintes categorizações: cidade, tema, nome (do movimento, se houvesse e organizadores), atores, data, local, link do local retirado no Google Maps, nível do movimento (internacional, nacional, regional ou municipal), número de manifestantes, descrição resumida sobre o protesto, nome da revista/portal/blog/página que noticiou e por fim, a sua fonte.

Em nossa base de dados há em torno de 2.300 links de diversas fontes, desde mídias de circulação nacional, (G1, O Globo, Globo Play, Veja, El País, A Folha de São Paulo, Isto É, UOL Notícias, R7 Notícias, O Antagonista, Jovem Pan, CNN Brasil, Gazeta do Povo, Estadão, BBC Brasil etc), até outros portais regionais/locais (O Tempo, Tribuna do Ceará, Diário do Nordeste, Roma News, Rede Brasil Atual, entre outros) e outras mídias/portais independentes<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Não houve uma escolha preconcebida para estes sites citados acima. O objetivo foi compor em nosso banco de dados o máximo de fontes possíveis. Fontes de diversos perfis, vieses políticos e ideológicos; verificando é claro, a procedência e veracidade delas. Conforme Santos (p. 108, 2020), “a necessidade pela utilização de fontes mais diversas nos permitem ampliar os dados sobre os estudos de protestos”.

Ao final da coleta e catalogação, coletamos 1.272 manifestações, sendo 174 em Belo Horizonte; 147 em Belém; 140 em Fortaleza, 148 Porto Alegre, 252 em Salvador, 290 em São Paulo e 121 na cidade do Rio de Janeiro. O processo final do mapeamento foi a aplicação dos protestos em um questionário com 19 variáveis/questões que nós elaboramos, para mais tarde obtermos os perfis em forma de gráficos e tabelas.

Para a estruturação deste banco de informações, utilizamos a Análise de Eventos de Protestos (AEP), onde se constrói um catálogo das mobilizações populares, seguido de um processo de análises comparativas e diacrônicas nos seus repertórios de ação coletiva, relacionando métodos quantitativos e qualitativos com os diversos contextos político-institucionais vigentes no período em que os protestos foram coletados (HUTTER, 2014). A AEP consiste em um apanhado de eventos de protestos - ocorridos durante certo período - feito pelo pesquisador, que posteriormente irá analisá-los e investigá-los a partir da pergunta problematizadora do seu projeto unida a um conjunto de variáveis.

A AEP apresenta quatro pilares para estruturação de uma planilha de dados (OLSAK, 1989; NEIDHARDT e RUCHT, 1999; KOOPMANS e RUCHT, 2002, HUTTER, 2014), sendo a primeira uma delimitação de uma Unidade de Análise, seguida por um conjunto de técnicas de amostragem, fontes de pesquisa, e por final delimitação de variáveis e codificações. Uma das principais vantagens deste método, segundo Tatagiba e Galvão (2019), é a possibilidade de lidar com um leque de temas de movimentos sociais e a partir daí formar uma construção de narrativas históricas que investigue variações e mudanças de padrões nos protestos ao decorrer de um determinado contexto de espaço e tempo.

O trabalho é estruturado em cinco sessões onde a primeira aborda um breve debate teórico sobre os movimentos sociais e a Teoria dos Processos Políticos (TPP) que nos deu base para este trabalho. Na segunda seção é apresentado os primeiros resultados quantitativos sobre os protestos que pesquisamos e da terceira em diante, apresentamos nossas análises em relação aos atores, reivindicações e repertórios que predominaram nas manifestações que coletamos, analisando, portanto, o objeto central do recorte empírico escolhido.

### **O debate teórico sobre os movimentos sociais**

Os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural organizados de distintas formas e por diversos atores que formam a sociedade civil e as instituições (GOHN, 2013), no objetivo de expor suas reivindicações, demandas, apoio ou insatisfações acerca de

determinado episódio, objeto, assunto, projeto de governo etc. Em definições clássicas, as características fundamentais de um movimento social seriam: “uma identidade, um opositor, e um projeto de vida e de sociedade para articulá-los” (GOHN, 2013, p.309).

As manifestações assumem diversas estratégias na ação concreta, que se inclinam ora por simples denúncias, ora por pressão direta por meios de: greves, performances artísticas, ocupações, atos de desobediência civil, assembleias, negociações e protestos. Este último, é o tipo de mobilização que optamos para a coleta e realizar nossa análise acerca das reivindicações das cidades brasileiras escolhidas. Os protestos possuem dinâmicas de repertórios de ação, que contém diferentes maneiras de performatização<sup>5</sup>, dentre eles: ato público, bloqueio de ruas/rodovias/pontes/prédios, marchas, passeatas, carreatas, painelaços, entre outros. À luz de Tilly (1978), Tatagiba e Galvão (2019) definem que protestos são:

como ações coletivas (envolvendo pelo menos duas pessoas), iniciadas por grupos da sociedade, de natureza extrainstitucional (são eventos públicos que rompem com a rotina e instauram ou ameaçam instaurar algum tipo de dano) e voltadas a sustentar reivindicações ou queixas que, se atendidas, afetariam o interesse de outras pessoas (Tilly, 1978, Apud TATAGIBA e GALVÃO, 2019, p. 68).

Concordando com Touraine, os movimentos sociais são como o coração, o pulsar da sociedade, pois a impulsiona a se transformar e se reconstruir, que “expressam as resistências ao velho, que os oprime, ou a construção do novo, que os liberte”, ressalta Gohn (2013, p. 310).

Muitas teorias foram formuladas para caracterizar os movimentos sociais desde a primeira metade do século XX e ainda hoje algumas teorias ainda estão em processo de reformulações para interpretar com mais clareza este objeto.

Antes do surgimento das três principais correntes teóricas contemporâneas sobre os movimentos sociais, que será exposto mais tarde, havia uma teoria entre a década de 30 e 60 denominada “desmobilização política”, onde o seu principal argumento, era que havia um individualismo exagerado da sociedade moderna que tornou os indivíduos em seres egoístas e narcísicos, que visavam apenas a sua auto satisfação e eram apáticos à política, portanto, o individualismo era um padrão dominante que estava em paralelo com o sistema capitalista (ALONSO, 2009, p. 50).

---

<sup>5</sup> Sobre as diversas formas de performatização, Pereira e Silva (pg. 627, 2020) explicam que “uma das direções que a teoria tillyana tomou em sua agenda de pesquisa foi a do estudo das *performances*, ou seja, as investigações sobre “como a experiência presente, os sentidos e usos dos agentes em suas interações confrontacionais, transforma os repertórios” (ALONSO, 2012, p. 32). Tilly desenvolve a noção de *performance* em seu modelo teórico visando especificamente abrir mais espaço para a agência. Assim, sendo a performance a unidade de um repertório, um conjunto de performances compõe um repertório de ação”.

Deste modo, quando as mobilizações coletivas surgiram foram interpretadas por estes teóricos como ações coletivas de irracionalidade, reações explosivas diante de frustrações individuais que as instituições poderiam não conseguir canalizar. De acordo com Alonso (2009), a partir dos anos 60, essa teoria passou a ser olhada com pouca credibilidade, dado a mudança de cenário no mundo, principalmente no Ocidente, pois, na Europa e nos EUA muitas mobilizações nasceram e cresceram chamando a atenção de estudiosos que notaram que tais manifestações eram específicas e muito singulares.

Tais movimentos, não se restringiam apenas à luta de classes ocorridas no século XIX sob o marco normativo do marxismo (BRANDÃO, 2013), mas se bifurcavam para diversos eixos, especialmente na luta por direitos iguais entre os gêneros (movimento feminista), raça (movimento negro), etnia (pelos direitos civis), e estilo de vida (ambientalismo, veganismo, pacifismo, anticapitalismo). Tais reações passaram a não ser mais analisadas como ações coletivas irracionais de indivíduos emotivos e isolados, e sim como um conjunto de ideologias, onde os protagonistas eram estudantes, mulheres, jovens, homossexuais, classe média, classe trabalhadora, negros, índios, tribos urbanas, intelectuais etc que se expressavam por meio de manifestações diretas organizadas, articuladas e extremamente racionais. Novos marcos interpretativos se fizeram necessários, levando uma parte dos sociólogos a construir novas chaves explicativas capazes de explicar tais fenômenos. Em contrapartida com aquela ideia de “emoções coletivas” da Teoria da Desmobilização, três teorias posteriores deram outro sentido aos movimentos, são eles: Teoria da Mobilização de Recursos (TMR); Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e a Teoria do Processo Político (TPP).

A TMR associava os movimentos sociais a uma “firma”, que tem sua burocratização, normas, protocolos, divisão de trabalhos, hierarquia interna, lideranças, administração dos recursos, coordenação, treinamento de membros, concorrência com outros movimentos a procura de mais recursos materiais e visibilidade, seguindo orientações previamente alocadas na racionalidade e no auto interesse (McCARTHY e ZALD, 1977 *apud* ALONSO, 2009, p. 52). Porém, a explicação que a teoria atribui aos movimentos sociais mira apenas na racionalidade e organização, fechando os olhos para a relevância das ideologias, cultura e valores imbricados nas ações coletivas, assim como deixa de vinculá-los a macroestruturas e processos históricos. Tais vinculações se encaixam analiticamente com mais aderência à Teoria dos Novos Movimentos sociais (TNMS) e na Teoria do Processo Político (TPP) que surgiram de discussões marxistas, discursos contra a ideia de um sujeito histórico universal, negação de explicações determinista e economicistas a respeito das ações coletivas, investindo em construir uma

interpretação macro-histórica que atrela política e cultura para delinear o que são movimentos sociais.

A TNMS tem o olhar mais voltado para a dimensão da mudança cultural, vislumbrando este fenômeno de mudança de sujeitos e causas. Os novos sujeitos não se caracterizavam apenas por uma atividade (o trabalho), mas sim, pelo seu modo de vida, estes eram as minorias marginalizadas da sociedade civil (negros, mulheres, índios, homossexuais, etc) que almejaram conquistar direitos e visibilidade na sociedade, alterando seus padrões de normalidade e orientações de valores (TOURAINÉ, 1989). Lembrando que as ações coletivas se realizavam de forma direta, porém estavam longe de querer tomar o Estado ou causar algum tipo de revolução armada, como muitos movimentos do século XIX (BRANDÃO, 2013).

A TPP foca na mobilização política e vantagens em ter articulações diretas com o Estado, então define os integrantes políticos como “detentores do poder” que detém o acesso possuindo autoridade e domínio no governo, incluindo meios de punição. E os “desafiantes” - militantes e ativistas - que se articulam para conseguir influência e acesso sobre o Estado, assim como os seus recursos. Deste modo, um movimento social se caracterizaria por uma interação que implica em conflitos e demandas recíprocas entre detentores do poder e desafiantes (TILLY, 1993 apud ALONSO, 2009, pg. 56).

Para Tilly (2010), um dos principais teóricos da TPP, não há como analisar as mobilizações coletivas, sem ter uma visão extensiva que as relacione à ação política. Para o teórico, movimentos sociais e sistemas de política institucional, se constituem e se modificam reciprocamente, ou seja, para compreender o percurso e fluxo das mobilizações, é preciso observá-los como um produto de transformações nas instituições e sistemas políticos, assim como as mudanças dessas últimas, são frutos justamente dos movimentos sociais. Deste modo, há uma relação de troca constante entre as duas esferas, onde não tem como entendê-las se for desuni-las. Na concepção americana, desafiar e interagir com os meios políticos são as características essenciais e que dão sentido a um movimento social, ou seja, a eficácia política dos movimentos sociais só é possível com a aproximação dos integrantes. com a arena política, pois a partir daí que se iniciará uma transformação social (TATAGIBA, 2007).

Para analisar os movimentos sociais, segundo a TPP, é preciso olhá-los por duas lentes: uma política (através do conceito de “estrutura de oportunidades políticas” - EOP) e outra por meio do fator histórico/cultural (conceito de repertório). As EOPs, representam uma das esferas que contém a emergência de um movimento social, isto é, são oportunidades políticas que dão o impulso à ação coletiva na representação das exigências dos manifestantes e que atua/influência

nas dimensões formais e informais do ambiente político a possibilitar soluções para tais demandas e a acessibilidade que os grupos sociais reivindicam (TILLY, 1978). Por exemplo: a ocorrência de um desastre ambiental ocasionado por alguma irresponsabilidade de uma empresa, é um gatilho (oportunidade política) que impulsiona os ambientalistas e/ou defensores de animais, e até mesmo outros atores que se sensibilizam com o assunto, a se organizarem para ir às ruas cobrar justiça e satisfações sobre o ocorrido. Isto é, um protesto não ocorre em qualquer tempo, ele se manifesta quando se apresenta eventos específicos, isso é uma estratégia para o movimento ganhar mais visibilidade, força e credibilidade (TARROW, 2009).

Para Tilly (1978), os movimentos sociais se expressam de diversas maneiras a depender do seu contexto histórico/cultural, havendo assim múltiplos tipos de repertórios. Este conceito “repertório” é o outro parâmetro que está paralelo aos EOPs, explicando as mobilizações coletivas de acordo com as suas interações, formas de pensar, valores, crenças conforme o espaço, tempo e cultura em que se constitui àquela sociedade, ou seja, uma ação coletiva, pode ter diversos repertórios (pacíficos, violentos etc.), que dependem de todos estes fatores citados acima. Ou seja, o conceito de repertório de ação e estruturas de oportunidades políticas fundado na TPP é essencial para a compreensão do perfil de movimentos sociais, seus atores, suas demandas e interações com as esferas políticas que lhes circundam e será por meio deste conceito que buscaremos examinar e dialogar com as ações coletivas presentes nesta pesquisa.

### **Os protestos realizados nas capitais brasileiras**

Os anos que escolhemos para investigar as manifestações foram 2018, 2019 e o primeiro semestre de 2020. Anos marcados por muitas mobilizações políticas, que sucederam o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, a ascensão dos movimentos de extrema direita, antipetismo e entre outros confrontos.

Em 2018, havia um clima polarizado em torno das eleições por conta da condenação e prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no qual treze candidatos disputaram a presidência para a sucessão do presidente Michel Temer (este que era vice de Rousseff), e dentre eles havia dois candidatos que despertavam “amor” e “ódio” nos eleitores brasileiros, que resultou em diversas ações coletivas fervorosas contra e a favor dos mesmos. Eles foram, Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL na época), que concorreram juntos no segundo turno, terminando na vitória do candidato da extrema-direita. No mesmo ano, a Reforma da Previdência, já muito discutida no governo de Michel Temer (MDB) foi alvo de muitas manifestações contrárias à proposta, e que também pediam a saída do governante.

O primeiro ano pós-eleição foi marcado pelos retrocessos do governo Bolsonaro em diversas esferas no tocante às políticas públicas, caracterizando-se como um “governo de desmonte”, o que resultava de um processo de instabilidade política decorrente das trocas ministeriais e indicações que não estavam relacionadas à montagem de uma coalizão parlamentar no Congresso, um desmonte do presidencialismo de coalizão.

Em 2020 foi um ano afetado por um fato histórico mundial, o surgimento de uma nova pandemia. O COVID-19 que se espalhou pelo mundo em poucos meses, causando mais de um milhão de óbitos ao redor do planeta<sup>6</sup>, obrigando a prática do isolamento social e fragilizando sistemas políticos/econômicos em muitas nações, principalmente o Brasil que ainda está em segundo lugar dos países com maior número de infectados e mortes do mundo, perdendo somente para os Estados Unidos da América.

Nosso trabalho analisa as manifestações, seus atores, e o que eles reivindicam neste contexto político, socioeconômico e pandêmico em sete capitais brasileiras com representatividade. O primeiro dado que conseguimos foi a quantidade de manifestações por ano juntando todas as cidades, demonstrando que o ano com maior número de protestos, foi 2019 com 41,19%, em seguida 2018 com 37,03% e por último, 2020 com 21,78%. Diante desses números, podemos afirmar primeiramente, que a porcentagem baixa de 21,78% no ano 2020 se deu pelo fato de que fizemos o mapeamento até o dia 31 de maio e que durante esse período, o país já havia decretado isolamento social por conta da Covid-19, proibindo aglomerações em locais públicos e privados, ou seja, manifestações de qualquer viés ideológico estavam proibidas perante a lei. No entanto, a proibição legal não impediu que os atores/atrizes desafiantes se organizassem e manifestassem suas reivindicações nas ruas, ainda que em números reduzidos e em diferentes formas de repertórios que costumeiramente são vistos em tempos normais. Mas à frente do texto, faremos a análise precisa desses repertórios e seus atuantes.

Nosso banco de dados foi produzido a partir da coleta de noticiários por diferentes tipos de fontes, em especial mídias virtuais como “sites/blogs digitais” em 58,02% dos protestos coletados, deixando em segundo “site/tv/vídeos enviados” com 35,46% e em quarto “redes sociais” com 2,36%. Como podemos notar na **Tabela 1**, a soma das três categorias tem em comum a fonte oriunda da internet resultando em 95,84% das mídias, deixando “TV”, “rádio” e “jornais impressos” com números bastante discretos.

---

<sup>6</sup> Segundo a BBC e Google Notícias, até dia 02 de outubro de 2020, as estatísticas de mortes por COVID-19 alcançaram mais de um milhão de mortes em todo o mundo e até dia 18/03/2021 já foram notificadas mais de dois milhões e seiscentas mortes. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54390838> e <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F02j71&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419> Acesso dia: 18/03/2021

Tabela 01: Em qual mídia o protesto ganhou repercussão e foi fonte para esta pesquisa?

Respostas	Porcentagem
1º Site / blog digital	58.02%
2º Site / TV / Vídeos enviados	35.46%
3º TV	4.09%
4º Redes Sociais	2.36%
5º Rádio	0.08%
6º Jornal Impresso	0.0%

Fonte: elaboração própria dos autores.

O número abundante de fontes retiradas da internet reflete um jornalismo/leitores da nova geração, onde existe uma migração de pessoas que antes liam os jornais impressos e que atualmente acessam maior parte das informações na internet. Não significa que está havendo um processo de extinção das revistas/jornais em papel, ou dos noticiários da TV e rádio, mas sim o fato de que o jornalismo vem se adaptando a este novo paradigma publicando as notícias também na esfera digital, pois, muitas informações que coletamos estavam no formato de vídeos de recorte de uma notícia que primeiro passou na TV, e, posteriormente, foi publicada no site do jornal televisivo, isso também acontece com as mídias impressas.

A facilidade de acesso às informações é uma grande vantagem que o universo cibernético nos proporciona, por outro lado, há algumas desvantagens como a seletividade e parcialidade das fontes, por isso achamos de suma importância, coletar e averiguar mais de uma visão sobre a mesma notícia reportada sobre o protesto. Temos em nosso banco de dados, desde fontes de jornais mais conservadores até os “neutros” e progressistas, haja vista que em tudo há uma tendenciosidade, principalmente numa época de polarizações, tanto na política, como no âmbito moral e até mesmo intelectual. Um exemplo de tendenciosidade jornalística é uma revista conservadora de direita, que pode não informar em sua notícia, o número de participantes de um protesto de esquerda (caso fosse um número alto de participantes), a fim de não mostrar a dimensão e proporção que o mesmo alcançou, e isso também pode ocorrer de forma inversa. Tatagiba e Galvão (2019) demonstram este exemplo em sua pesquisa sobre protestos ocorridos em todas as regiões brasileiras entre 2011 e 2016, época dos dois governos Dilma (PT). Ela afirma que o seu banco de dados tinha base nos noticiários da *Folha de S. Paulo*, um jornal com narrativa antipetista:

a escolha da FSP está relacionada ao acesso ao seu acervo digital, no qual são disponibilizadas todas as edições impressas desde 1921. A regularidade do acesso à notícia, a cobertura nacional e a funcionalidade da plataforma são fatores positivos em face dos objetivos aqui propostos. Mas a fonte também implica vieses para nossa análise. O primeiro deles diz respeito à linha editorial da FSP,

que, principalmente a partir de 2006 (Biroli e Mantovani, 2014) com a cobertura dos escândalos do Mensalão e da Lava Jato, contribuiu para a construção da narrativa antipetista. A parcialidade e o partidarismo podem ter impactado as informações sobre os protestos, com subnotificação dos eventos em defesa do governo e/ou do PT e maior cobertura dos convocados pela oposição [...] Por fim, o terceiro problema diz respeito à qualidade da informação, principalmente no que se refere às organizações que convocaram os protestos e ao número de participantes, duas variáveis com alto número de missing em nosso banco. Em estudos futuros seria importante ampliar as fontes, incluindo a mídia alternativa e buscar jornais com inserção regional variada (TATAGIBA e GALVÃO p. 67, 2019).

Para não fechar o escopo de análise em um único meio de comunicação focado no sudeste, fizemos um esforço em obter diversos ângulos sobre cada um dos eventos na intenção de ter o máximo de detalhes sobre eles, por isso a inclusão de mídias alternativas e regionais para enriquecer as informações dos protestos cobertos de forma orgânica pela imprensa local.

Nas **Tabelas 2 e 3 (abaixo)**, 78.68% dos eventos encontrados mencionam o quantitativo de participantes nos protestos, sendo que em 74.90% das matérias nos informou a quantidade aproximada que o protesto alcançou enquanto ato político.

*Tabela 02: Conforme a matéria publicada, é possível dimensionar o TAMANHO do protesto?*

Resposta	Porcentagem
Sim	78.68%
Não	21.32%

*Tabela 03: Com base na matéria e nas fontes audiovisuais, qual a quantidade de participantes do protesto?*

Resposta	Porcentagem
Não Se Aplica (NSA).	25.10%
Até 100 pessoas.	17.23%
Até 50 pessoas.	17.07%
Até 500 pessoas.	16.68%
Até 1.000 pessoas	5.90%
Acima de 40.000 pessoas.	5.74%
Até 5.000 pessoas	4.09%
Até 3.000 pessoas	3.86%
Até 10.000 pessoas	1.81%
Entre 10 e 20.000 pessoas	1.34%
Entre 20 e 30.000 pessoas	0.71%
Entre 30.000 e 40.000 pessoas	0.47%

Fonte: elaboração dos próprios autores.

Porém, mesmo com nossa busca por diversos ângulos sobre os protestos, tivemos a mesma dificuldade que Tatagiba e Galvão obtiveram em suas pesquisas em encontrar quem exatamente eram os organizadores das manifestações. Como podemos ver em nossa **Tabela 4** conseguimos obter essa informação em apenas 54.72% do total de protestos, um número um pouco maior que a metade.

Tabela 04: Nas matérias relacionadas ao protesto houve alguma entidade formal (sindicato, partido, associação, coletivo etc.) sendo citada e referida como líder do protesto?

Respostas	Porcentagem
Sim	54.72%
Não	45.28%

Fonte: elaboração dos próprios autores.

## Analizando atores e seus perfis

Como podemos ver na **Tabela 05** a seguir, o grupo social/político que organizou e/ou compôs o maior número de protestos foram os trabalhadores, trazendo um número bastante significativo, 39.54%, em segundo lugar foram os populares e moradores de bairros com 17.14%, grupos antipetistas/bolsonaristas com 10.14% e em quarto lugar, estudantes com 7.63%. A categoria de trabalhadores configura uma relevância observável no cotidiano das ações coletivas, seja por meio de sindicatos, categorias profissionais ou o contingente de informais que reivindicam situações específicas, como é o caso dos protestos em torno da legalização dos motoristas de aplicativo em torno de melhores condições de trabalho ou segurança, por exemplo.

Tabela 05: Principal grupo social e político que organizou e compôs o protesto, de acordo com a matéria.

Respostas	Porcentagem
Trabalhadores	39.54%
Populares e moradores de bairro	17.14%
Grupos antipetistas/bolsonaristas	10.14%
Estudantes	7.63%
Atores Difusos	5.19%
Militantes partidários	4.72%
Familiares e amigos de vítimas	3.77%
Grupos identitários	3.77%
Ambientalistas/Direito Animal	3.22%
Torcedores de futebol	1.49%
Defensores dos direitos humanos	1.34%
Religiosos	0.79%
Empresários	0.63%
Povos originários	0.63%

Fonte: elaboração dos próprios autores.

Preenchemos nosso questionário com quatorze tipos de atores, e com o fato de uma dessas categorias obter liderança em quase 40% das manifestações abre espaço para diversas reflexões e problematizações além de demonstrar que no governo onde se protesta há obviamente

precariedade e/ou deficiências nos direitos trabalhistas, uma reivindicação que, inclusive, ocupou o primeiro lugar entre os “Assuntos detalhados e principais do protesto” com 20.38%. Um detalhe: há trinta e três opções de reivindicações detalhadas. Esses dois dados expõem, primeiramente, que o confronto entre capital e trabalho prossegue sendo bastante ativo na nova geração dos movimentos sociais.

A suposição que temos em relação ao número alto de atores trabalhadores, é que este grupo transita por todas as dimensões de protestos (internacional, nacional, estadual e municipal/local), atravessam outras demandas que não são necessariamente trabalhistas, além de que os proletários não protestam apenas sob uma organização bem estruturada solicitada por centrais sindicais ou um grande movimento bem estabilizado. Posso citar alguns exemplos retirados do nosso banco de dados: em agosto de 2019 na cidade de Belém, um pequeno grupo de mototaxistas bloquearam a Avenida Augusto Montenegro ateando fogo em pneus e utilizaram pedaços de pedras para interceptar a avenida, após a apreensão de várias motocicletas (seus instrumentos de trabalho) por uma blitz que ocorria no local; em abril, na mesma cidade e o mesmo ano, outro grupo pequeno de trabalhadores, neste caso, funcionários da rede Supermercados Matheus, bloqueiam a avenida reclamando por péssimas condições de trabalho e defasagem nos salários. Assim como estes, há muitos outros casos de manifestações feitas por trabalhadores em pequena proporção, que não ultrapassam 50 pessoas e que ocorreram em dimensão municipal. Em dimensão estadual prevaleceu mobilizações de servidores públicos da segurança, educação e saúde que além das reivindicações mais rotineiras, cobravam também as nomeações não realizadas por concursos públicos, atrasos e problemas burocráticos nos mesmos. Mas, para além do peso muito grande das pequenas manifestações, houve uma forte influência do contexto político/econômico nacional em cima dos protestos trabalhistas.

A nível nacional os assuntos mais visíveis liderados pelos trabalhadores foram manifestações contra os retrocessos do governo Temer, no que diz respeito aos direitos trabalhistas, incluindo a *lei da Terceirização Irrestrita*, Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, privatizações de empresas estatais e Reforma do Ensino Médio. Vale lembrar também, que em 2018 houve o aumento dos combustíveis que afetou diretamente a categoria de trabalhadores de transporte de carga. Dentre as classes trabalhadoras, os motoristas caminhoneiros foram os que tomaram destaque, com 10.47% dos atores, como mostra a **Tabela 06** abaixo.

Tabela 06: Caso seja TRABALHADORES, qual a categoria que LIDEROU o protesto?

Resposta	Porcentagem
NÃO SE APLICA.	58.74%
Transporte	10.47%
Educação	7.40%
Administração Pública	5.51%
Saúde	3.94%
Forças de Segurança	2.91%
Indústria	2.68%
Trabalhadores por Aplicativo (App)	2.44%
Comércio e Serviço	1.57%
Outros	1.50%
Informais	1.26%
Rural	1.02%
Artistas	0.55%

Fonte: elaboração dos próprios autores.

Os trabalhadores de transporte, especificamente os caminhoneiros, encabeçaram a maior manifestação do ano, com 10 dias de greve e bloqueios de inúmeras rodovias brasileiras, o manifesto ocorreu do dia 21 a 30 de maio. O ano seguinte, 2019, com a vitória de Bolsonaro houve a continuação do retrocesso, com a extinção do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência (MTE), logo na primeira semana do seu mandato; a MP 905 ou “Medida Provisória do Contrato Verde e Amarelo” que se apresentava como proposta de uma nova modalidade de contratação que geraria mais empregos, na verdade reduzia ainda mais os direitos do trabalhador afetando o FGTS, férias, 13º salário, adicional de periculosidade, auxílio-acidente, entre outros. Discorrendo ainda sobre os atores trabalhistas, a categoria que mais se manifestou depois dos motoristas foram os educadores com 7.40%. Eles se posicionaram contra os recortes financeiros do governo federal na educação em geral, principalmente a superior, e contra o projeto “Future-se”, que abriria espaço para a privatização das universidades federais, essas causas fomentaram imensas mobilizações nas ruas de todas as capitais brasileiras. Os demais trabalhadores mais mobilizados são servidores públicos, servidores da saúde e da segurança.

Os “Populares e moradores de bairros” foram os segundos atores mais ativos nas manifestações que coletamos, com 17,14%. Os cidadãos que compõem este grupo lideraram grande parte das mobilizações municipais, pois, suas reivindicações tinham relação única e direta com os problemas dos seus bairros, como por exemplo, infraestrutura, segurança, saneamento básico e contra ações policiais violentas<sup>7</sup>, em grande parte ocorridas em zonas

---

<sup>7</sup> A cidade do Rio de Janeiro se destacou nas reivindicações contra ações policiais, manifestadas pelas populações e moradores de bairros. As reivindicações envolviam pedidos de justiça por morte de jovens negros, abuso de poder, agressões físicas e outros atos violentos cometidos pelo setor que deveria garantir segurança às comunidades.

periféricas das capitais. Já as suas formas de repertório, a maior parte foram bloqueios de ruas com pedaços de madeira/ pneus queimados e incêndio de ônibus, no intuito de chamar bastante atenção. Compreende-se que os populares são em sua maioria, trabalhadores pobres, desempregados, informais, e pessoas humildes que vivem nas periferias. Eles atuam geralmente de forma improvisada, realizando concentrações nos próprios locais onde residem ou ruas/avenidas próximas. Nas notícias referentes a este grupo, não foi identificado nome de organizações ou associações de moradores. Juntando os dois primeiros grupos, temos 56.58% dos desafiantes mobilizados.

Em terceiro lugar, com 10.14% dos grupos foram os atores “*Bolsonaristas/Antipetistas*”, e é interessante comparar aqui, o nosso resultado com a pesquisa feita por Tatagiba e Galvão (2019) sobre os protestos na época dos mandatos de Rousseff. Nossos resultados em relação aos grupos de desafiantes foram muito parecidos no que diz respeito às quatro primeiras posições, com um detalhe de diferença: os bolsonaristas/antipetistas que em nosso gráfico toma o terceiro lugar, tomavam o quarto na pesquisa da autora, entre 2011 à 2016. Isso significa que há uma ascensão dos movimentos direitistas, que antecede o impeachment da ex-presidente, até o presente momento.

Comparando nossas pesquisas, os grupos de direita e extrema-direita trocam de lugar com os estudantes, que em nossa investigação ficou com 7.63% e em Tatagiba e Galvão (2019) obteve 11.9 %. Sobre os bolsonaristas, as autoras analisam que

na quarta posição estão os grupos antipetistas (6,2%), uma das grandes novidades do ativismo social nesse período, responsável por ativar os mecanismos de polarização política. [...] . Esse é um grupo que não possui tradição de participação em protestos, mas que assumiu protagonismo no confronto ao tomar para si a bandeira da luta contra a corrupção, produzindo protestos massivos a partir de 2015 contra o governo Rousseff e o PT. Cumpre destacar que as pesquisas de opinião que traçaram o perfil dos manifestantes em prol do impeachment identificaram um predomínio de classe média, especificamente, a alta classe média (Datafolha, 2015a e 2015b; Fundação Perseu Abramo, 2016; Cavalcante, 2015; Arias e Cavalcante, 2019). A convocação dos protestos foi assumida por organizações como o MBL, Vem Pra Rua, Revoltados Online, Nas Ruas, Movimento Contra a Corrupção, entre outras organizações menores, a partir de um forte uso das redes sociais (Zanine e Tatagiba, 2019; Dias, 2017).

Para contextualizar o início da ascensão dos movimentos de direita, é necessário relembrar os eventos que ocorreram no Brasil em junho de 2013, eventos que modificaram o padrão de mobilizações sociais e reivindicações e repercutiram dentro e fora do país (AVRITZER, 2017). As manifestações das Jornadas de Junho expressavam inicialmente insatisfações sobre as obras

superfaturadas para a Copa do Mundo e sobre o aumento do valor do transporte público em todo o território nacional. Tais atos foram realizados por membros da esquerda que questionavam esses fatos ao governo, porém, a direita surfou nessas manifestações com uma outra abordagem, expondo descontentamento com a política urbana de Dilma (AVRITZER, 2017).

Segundo Avritzer (2017), os fatores que contribuíram para a presença da ala conservadora nos movimentos sociais eram o desagrado com a legalização dos direitos civis da população gay; ser contra a estabilização das finanças públicas e políticas afirmativas e reação contrária ao Decreto 8243, revogado em 2019, que determinava em seu artigo 1º:

“Fica instituída a Política Nacional de Participação Social -PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.” (BRASIL, 2014)

Os movimentos de 2013 iniciaram com a esquerda e direita nas ruas até março de 2015, momento em que a classe média conservadora tomou o controle do campo participativo do país, pedindo o impeachment da ex-presidente. Para Avritzer (2017), os conservadores encontraram visibilidade e muito apoio por meio das redes sociais, com criação de perfis como o MBL (Movimento Brasil Livre), grupo que liderava o maior número de atores direitistas nos anos de 2014 e 2015, influenciando a formação de mais outros grupos reacionários. Este foi o marco que iniciou a exposição ativa de opiniões públicas conservadoras no Brasil.

Retornando ao nosso dado, a porcentagem na pesquisa não significa necessariamente que as manifestações tomaram grandes proporções e tiveram tanta credibilidade. Esses movimentos se revelam contraditórios, pois muitas manifestações bolsonaristas não ultrapassaram 100 pessoas e geralmente não tinham uma pauta principal, tendendo a muitas exigências ao mesmo tempo em seus atos. Houve um pouco de dificuldade em afirmar quais eram as suas pautas principais em nosso questionário, mas logo conseguimos apontar as seguintes: apoio ao Bolsonaro (durante os três anos); pedidos da prisão de Lula em 2018; contra o Supremo Tribunal Federal em 2018 e 2019, contra o isolamento social e pedidos de reabertura do comércio em 2020. Em muitas matérias, identificamos tanto por fotos e vídeos que estes grupos tinham números bastante reduzidos comparado com as informações de números de atores que os organizadores previam e diziam.

As outras pautas bolsonaristas que decorriam simultaneamente em maior parte dos protestos: pedidos de intervenção/ditadura militar; reimplantação do Ato Institucional Nº 5; a favor da Lava-Jato; a favor do ex-ministro Sérgio Moro e sua pasta anti-crime em 2019; contra Sérgio

Moro em 2020; contra a emissora Rede Globo; contra a China no contexto pandêmico de 2020; mobilizações municipais pedindo a saída dos prefeitos que decretaram isolamento social em 2020; contra o comunismo/marxismo nas escolas; contra o Congresso Nacional; pedidos de Impeachment dos ministros do STF, Gilmar Mendes e Dias Toffoli; pedidos de Escola Sem Partido; contra Ideologia de Gênero e feminismo; “extermínio da esquerda”; contra corrupção, entre vários outros. A grande quantidade de pautas e suas diferenças (entre pedidos bastante radicais e outros menos) expressavam uma direita diversificada que se encontravam nas mobilizações e por vezes se confrontavam, como por exemplo, o caso do MBL, que convocou inúmeros protestos a favor do impeachment de Rousseff e para a campanha de Bolsonaro em 2018, mas em 2019 foi rechaçado por grande parte dos direitistas que passaram até a acusar o movimento de “comunista” e “vendidos” para o centrão.

Além dos atos, houve conflitos entre muitos deputados e deputadas - entre eles/as: Joice Hasselmann, Janaina Paschoal, Alexandre Frota, Kim Kataguri, etc - que convocaram protestos em suas redes sociais em apoio ao presidente, mas que após polêmicas envolvendo a sua gestão e escândalos com seus filhos passaram a divergir do presidente, gerando um realinhamento político imediato.

Em resumo, o número de manifestações à direita tem crescido nas ruas já há alguns anos, inicialmente por base das pautas antipetismo e anticorrupção como Tatagiba e Galvão (2019) nos mostraram, porém, podemos observar que nos últimos três anos vem ocorrendo um “esvaziamento de pautas”, justamente por uma grande quantidade e diferenças nas demandas expostas, gerando assim alguns confrontos internos no campo da direita.

Do lado oposto aos *Grupos antipetistas/Bolsonaristas* há atores que mostraram suas indignações e insatisfações em relação ao atual presidente, sua postura e seu discurso em relação a muitos fatos sucedidos no Brasil nos últimos tempos e a sua gestão. Notamos nos noticiários que a desaprovação ao presidente se encontra presente, ora como reivindicação principal, ora como reivindicação secundária. Esses atores são: *Estudantes*, compondo 7.63% da lista de grupos que organizaram o protesto. A categoria se mobilizou contra os retrocessos nas políticas educacionais do governo bolsonarista por diversas vezes no ano, mas as manifestações mais marcantes que ultrapassaram cerca de 100 mil atores foram dos dias 15 e 30 de maio, 14 de junho, 13 de agosto, 7 de setembro e 2 e 3 de outubro.

Em seguida, os *Militantes Partidários* (4,72%), atores de diversos partidos esquerdistas, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT) que pediam por justiça no caso de Lula, contra a sua prisão. Através de fotografias e vídeos dos atos noticiados, notou-se uma

interseccionalidade de militantes partidários com os grupos de estudantes, direitos humanos, identitários e trabalhistas.

*Grupos Identitários* (3,77%) compostos por militantes feministas em sua maioria, seguido de antirracistas e LGBT's, que lutam por reconhecimento e respeito das suas identidades, pedidos por mais representatividade em âmbitos público e privado. O movimento feminista expôs sua desaprovação ao Bolsonaro antes mesmo da sua vitória na eleição de 2018, com o movimento #EleNão que aconteceu dentro e fora do Brasil no dia 29 de setembro. Houve outras manifestações feministas contra a postura machista/homofóbica/racista do atual presidente, contra feminicídio, violências contra mulheres e pedidos de direitos iguais no Dia Internacional da Mulher, 8 de março, e outras datas durante os anos.

Os atores antirracistas aliados aos *Defensores dos Direitos Humanos* (1,34%) ganharam protagonismo nacional e internacional após o assassinato da ex-vereadora carioca Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Gomes em 2018. Ambos foram mortos a tiros no Rio de Janeiro e até o momento sem descoberta de quem praticou o assassinato. Marielle era uma mulher negra e lésbica, ativista dos direitos humanos, eleita vereadora em 2016. Muitos ativistas dos direitos humanos, movimentos antirracistas, feministas e LGBT+ participaram do movimento "Marielle Presente". Muitos pediam a saída do presidente Jair Bolsonaro, que fomentou fake news sobre a integridade e trabalhos da ex-vereadora.

Movimentos antirracistas a nível nacional também ocorreram em 2020, porém, iniciaram-se exatamente a partir do último dia do nosso calendário de protestos, dia 31 de maio, dias após a morte do George Floyd, homem afro-americano que faleceu durante uma abordagem policial violenta. Este fato comoveu diversos países, gerando os protestos "Vidas Negras importam" ou "Black Lives Matter" pelo mundo e aqui no Brasil os manifestantes aproveitaram para levantar cartazes com os dizeres "Fora Bolsonaro".

Os *Ambientalistas/ Defensores do Direito animal* (3,22%) foram às ruas pedindo por justiça e satisfações sobre os desastres ambientais que ocorreram durante 2019, o rompimento da barragem de Brumadinho e as queimadas na Amazônia também no mesmo ano. Esses desastres despertaram não só ambientalistas, mas a sociedade civil em todo o Brasil e fora também. Manifestantes também mostraram sua indignação com o descaso do presidente em relação a estes desastres. Houve algumas manifestações que ultrapassaram as fronteiras brasileiras, em defesa da Amazônia e do clima mundial, exemplo "Fridays For Future".

E por último, com 0,63% *Povos originários* compostos em sua maioria por indígenas que ocuparam as ruas no início de 2019, por direito a vida, demarcação de terras, afirmação de suas

identidades e ancestralidade, direitos que estão sendo cada vez mais reduzidos e destruídos no atual governo, exemplo de protesto: “Sangue indígena: Nenhuma Gota a Mais!”.

Sintetizando, se somarmos todos estes grupos, teremos 21,31% de atores que confrontam o governo federal bolsonarista, tal confronto está notificado na **Tabela 07**, entre outros confrontos relacionados a instituições nacionais e governo Temer de 2018. Ressaltamos que na soma dos atores contrários a Bolsonaro, não incluímos a categoria *Trabalhadores* (mesmo havendo muitos insatisfeitos), pois como já explicamos acima, estes atores e seus movimentos são bastante abrangentes em termos de dimensões, subcategorias e reivindicações, portanto, não podemos dizer que maior parte deles são contra o governo Bolsonaro.

Tabela 07: Qual governo foi diretamente confrontado pelo protesto?

Respostas	Porcentagem
Governo Federal/Instituições nacionais	41.67%
Prefeitura/Órgãos locais	28.46%
Governo Estadual/instituições estaduais	18.79%
Não Se Aplica (NSA)	9.83%
Caráter internacional	1.26%

Fonte: elaboração dos próprios autores.

## Análise dos temas das reivindicações

Conforme **quadro abaixo**, a primeira posição da questão “tema principal do protesto” são “salário, emprego e condições de trabalho” com 28.46% das treze opções de temas, seus atores foram os trabalhadores, que já discutimos acima.

P10 Qual é o principal tema de reivindicação do protesto?

Responderam: 1,272 Ignoraram: 0

Resposta	Porcentagem
Salário, emprego e condições de trabalho	28.46%
Governos e sistema político	22.80%
Justiça, Direitos Humanos e Segurança	12.34%
Condições de vida nas cidades (acesso à políticas públicas)	9.83%
Melhoria nas políticas educacionais	5.50%
Políticas sociais (benefícios, auxílios, etc.)	5.42%
Meio ambiente e desenvolvimento	4.80%
Assuntos relacionados à gestão pública (concurso, burocracia, etc.)	3.07%
Outros	2.99%
Gênero, diversidade sexual e racismo	2.20%
Corrupção de agentes públicos	1.42%
Terra e questões fundiárias	0.63%
Política econômica	0.55%

Fonte: elaboração dos próprios autores.

Manifestações envolvendo “*governos e sistema político*” ocupam o segundo lugar nas ruas com 22.80%, apresentando-se com um número discreto de manifestações municipais e protagonismo dos eventos nacionais. Compreendemos que este tema envolve mobilizações contra ou a favor de políticos dos três poderes incluindo todas as dimensões (municipais/estaduais/nacionais), apoio ou contra gestão de instituições políticas, protestos antidemocráticos ou em defesa da democracia, contra corrupção, entre outros. Vejamos em ordem decrescente, a porcentagem de sub-temas mais utilizados a seguir na **Tabela 9**:

Tabela 09: Subtemas correspondentes à questão P19

Respostas	Porcentagem
1º Contra o presidente Jair Bolsonaro.	8.65%
2º Em defesa do presidente Jair Bolsonaro/contra o Congresso e STF	3.07%
3º Em defesa do presidente Jair Bolsonaro.	2.44%
4º Em defesa da democracia/contra a censura.	1.65%
6º Contra governantes do Poder Executivo estadual e local.	0.87%
7º Atos anti-democráticos (contra instituições políticas).	0.71%
Total em relação aos demais temas detalhados	17,39

Fonte: elaboração dos próprios autores.

Em um contexto de polarização política que o Brasil vem sofrendo a um tempo considerável, podemos perfeitamente enquadrar estes subtemas em duas categorias distintas: reivindicações à direita e à esquerda. Isto demonstra que em relação a governos e sistemas políticos, há dois tipos de atores predominantes, os que apoiam Bolsonaro e suas inclinações ideológicas e os que são contra ele e/ou a favor de “demandas esquerdistas”. As reivindicações lideradas por grupos antipetistas/bolsonaristas foram a 2º, 3º e a 7ª posição, somando 6,22%, enquanto atores insatisfeitos com a política bolsonarista e suas ideologias conservadoras somam 10,30%, resultado das posições 1º e 4º lugares. Diante disso, notamos que há mais manifestações contra o presidente Bolsonaro, do que ao seu favor, mesmo havendo um evidente crescimento de protestos realizados pelos movimentos de direita, como notificamos antes.

Uma observação em relação às somas é que identificamos na sexta posição, um tipo de protesto neutro no que diz respeito a polaridade “direita versus esquerda”, pois esses protestos foram realizados por diversos tipos de desafiantes que se posicionavam contra alguma deficiência na gestão do prefeito ou governador da sua cidade.

O tema “*Justiça, Direitos Humanos e Segurança*” se encontra em 3º lugar e cobre protestos que se encontram em maioria, na dimensão municipal, por exemplo: justiça às vítimas de ações

policiais violentas, justiça aos familiares e vítimas de chacinas/assassinatos ocasionadas pelo Estado ou por particulares, pedidos de melhorias na segurança pública. Citamos as cidades Rio de Janeiro e Fortaleza, que apresentaram muitos pedidos como esses expondo que a violência policial e violências também oriundas do tráfico e desigualdade social se encontram muito presentes nesses locais, em comparação às outras cidades.

Os desafiantes desses temas foram em grande parte, “Populares e moradores de Bairro” e “Familiares de Vítimas”. Mas também houve manifestações nacionais em relação à *Justiça*, por exemplo, no movimento “Lula Livre” os manifestantes pediam um julgamento justo no caso do ex-presidente, exigindo a sua soltura e acusando que ele estaria sendo preso injustamente. Temos também o caso de assassinato da ex-vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes, que excitaram protestos exigindo a investigação do caso e julgamento dos responsáveis. O *Direitos Humanos* abraça as causas relacionadas a maus tratos em presidiários, atos contra projetos de lei que ferem os direitos das minorias e afins. Em quarto lugar, “Condições de vida nas cidades” (9.83%) apresenta pedidos de melhor infraestrutura nos bairros, calçadas, asfalto, saneamento básico, cobrança de reformas de prédios públicos, praças, assim como cobranças de atrasos nessas reformas. Este número representa uma forte atuação dos contendores que lutam em dimensões municipais assim como na posição anterior, nos mostrando que há um número relevante de demandas pertencentes à responsabilidade das prefeituras e governos estaduais.

Conforme a **Tabela 10**, podemos perceber o grande número de conflitos locais de caráter municipal, onde 50.39% das mobilizações ocorreram apenas dentro das fronteiras das cidades pesquisadas. Este fato revela que os assuntos locais propulsionam formas plurais de mobilização para temas imediatos e ordinários das formas diretas de sociabilidade da população.

Tabela 10: Qual a dimensão de mobilização do protesto?

Respostas	Porcentagem
Municipal	50.39%
Nacional	30.47%
Estadual	14.80%
Internacional	3.94%
Não Se Aplica (NSA)	0.39%

Fonte: elaboração dos próprios autores.

### Sobre os Repertórios dos protestos

Inserimos seis dinâmicas de repertórios em nosso questionário, essas dinâmicas se tratam das formas que se praticam os protestos, ou seja, qual a maneira que os atores expressam seus manifestos, onde, como e com o quê eles os realizam.

Nossos dados mostram que “*Bloqueio de rua, pontes, prédios ou avenida/marcha/passeata*” é o mais utilizado por manifestantes em todo o Brasil, possuindo 51.46% das dinâmicas principais de repertório. Essa dinâmica é utilizada por diversos tipos de desafiantes, e é a que mais chama atenção das pessoas que rodeiam o local e das mídias, pois costumam causar muitos congestionamentos e conseqüentemente atrasos nas rotinas particulares da população, desta maneira, eles mostram empoderamento e bravura em suas manifestações.

Tabela 11: Qual a dinâmica principal do repertório de ação utilizado pelo protesto?

Respostas	Porcentagem
Bloqueio de rua, pontes, prédios ou avenida/marcha/passeata	51.46%
Ato público	29.03%
Carreata (incluindo motocicletas)	8.97%
Panelaço	4.88%
Bloqueio de rodovia estadual ou federal	4.80%
Outros	0.63%
Bicicletada	0.24%

Em segundo lugar está o “*Ato Público*” com 29.03%, a sua característica é o “não-movimento” onde os manifestantes se encontram em um determinado local combinado, e ali mesmo se assentam onde é construído um palanque, carro de som, acampamentos, ou somente os manifestantes gritando/cantando suas frases de manifesto ou carregando placas, cartazes ou outros diversos objetos que tenham relação com o que se reivindica. No início de 2020 com a crise da pandemia e proibição de aglomerações, a categoria de trabalhadores da saúde se destacaram pela utilização do “Ato Público”, se concentrando em frente aos hospitais e praças com o distanciamento de dois metros entre cada profissional, com cartazes e cruzeiros em mãos fazendo uma homenagem aos mortos pelo covid-19, respeito ao isolamento social e exigência de melhores condições de trabalho no que se refere a segurança dos profissionais em relação à exposição ao vírus, pois com o colapso das unidades de saúde estavam faltando muitos EPI’s para os trabalhadores. O Ato Público também foi feito pelos ambientalistas em algumas manifestações na época em que houve o rompimento da barragem de Brumadinho. Os manifestantes se concentraram em frente à sede da empresa Vale (responsável pelo desastre) no Rio de Janeiro. Lá alguns sujaram de lama os vidros da entrada da empresa, e fizeram uma performance artística simulando as pessoas que foram soterradas e mortas, enquanto outros manifestantes carregavam cartazes e gritavam em coro suas palavras de ordem.

As “*Carreatas (incluindo motocicletas)*” ficaram com 8.97%, sendo as dinâmicas mais conhecidas pelas manifestações dos caminhoneiros em 2018, onde os protestos tomaram conta de inúmeras avenidas/ruas brasileiras durante dez dias consecutivos. Boa parte da categoria

interseccionam as carreatas com o “Bloqueio de rodovia estadual ou federal” (4.80%). As carreatas também foram instrumento para os trabalhadores por aplicativos e taxistas que entre 2018 e 2019 reivindicavam por regularização e não regularização da nova categoria de transporte. Além desses atores, os grupos antipetistas/bolsonaristas se organizaram em carreatas por muitas cidades brasileiras em março de 2020, pedindo a volta do comércio e fim do isolamento social.

E por fim, um repertório relativamente novo que surgiu durante a realização do governo Dilma Rousseff foram os painelaços, sendo um protesto conformado pela classe média com inclinação antipetista que protestavam nas janelas das suas casas/apartamentos com talheres e panelas, fazendo bastante barulho, pedindo a saída da presidente, sendo recorrente durante os anos de 2014, 2015 e 2016 ainda pelo mesmo grupo que o criou (CRUZ, 2015). Mas em 2020 os painelaços retornaram ao cenário político nacional, desta vez contra o atual presidente, tendo em vista que os bloqueios de ruas e passeatas não poderiam ser utilizados como repertório em razão da pandemia. Atores difusos contrários ao presidente, decidiram se adaptar ao novo contexto e utilizar tal repertório para não deixar de expor suas reivindicações. Os 4.88% dos Painelaços foram praticamente todos os correspondentes ao ano de 2020 e realizados pelos atores que exigiam o impeachment do presidente.

### **Considerações Finais**

Os três anos pesquisados foram marcados por uma série de eventos turbulentos e embates políticos que alavancaram, ferveram e inovaram as formas de mobilização societárias e a atuação dos movimentos sociais no Brasil. O ano de 2018 foi marcado pela intensa polarização política entre esquerda e extrema direita nas eleições, polarização que se iniciou nas Jornadas de Junho em 2013 e impeachment de Rousseff; posse do Michel Temer e seus desmontes na educação. Em 2019, vitória do atual presidente, Jair Bolsonaro e diversas problemáticas e regressões de direitos, presentes em seu governo. Já em 2020, surgimento da pandemia do covid-19, isolamento social, má gestão política para desenfrear a crise e adaptações de repertórios nos movimentos sociais.

A pesquisa demonstra a complexidade das relações entre Estado e sociedade civil em um cenário de mudanças sociais que correspondem ao período analisado. A conjuntura nacional influenciou em peso na realização dos manifestos e na sua intensidade. Notou-se que existe prevalência da estrutura interfederativa, porém, as mobilizações verificadas no período se

preocuparam, em especial, com as questões locais, embora os atores reconheçam que é o governo federal que faz a gestão de inúmeras políticas públicas.

No primeiro lugar, o grupo de atores que mais se manifestou entre 2018 à 2020 foram os trabalhadores (39,54%) sendo coerente com o resultado que mais se destacou entre os temas de reivindicações, “salário, emprego e condições de trabalho” (28,46%), expondo, dessa maneira, que os direitos dos trabalhadores são ainda muito precários e que as relações trabalhistas apresentam muitas problemáticas e conflitos no Brasil. A maior parte desses trabalhadores pertenciam à categoria de transporte, educação, administração pública e saúde. Em segundo lugar do pódio, “populações e moradores de bairro” com 17,14%, “grupos antipetistas/bolsonaristas” com 10,14% e “estudantes” com 7,63%. Notamos uma interação interseccional entre os grupos de estudantes, “militantes partidários” (4,72%), “grupos identitários” (3,77%), “ambientalistas/direito animal” (3,22%), “defensores dos direitos humanos” (1,34%) e “povos originários” (0,63%) em manifestações contrários ao governo Temer em 2018, sobretudo contra o governo Bolsonaro em 2019 e 2020. Foi observado igualmente, uma pluralidade de movimentos que ocuparam as ruas, diversidade presente interna e externamente a cada grupo de desafiantes.

Em nossa análise também apontamos um crescimento expressivo nos movimentos direitistas e conservadores fomentado pelo bolsonarismo, que obteve seus primeiros passos em 2013, com organizações invadindo primeiramente a esfera digital, encontrando nela, apoio e visibilidade (AVRITZER, 2017). Porém, um crescimento de movimentos que não apresentam seriedade em sua organização e suas formas de se articular, expondo muitas rachaduras e divergências entre seus atores/ representantes, além de reivindicações que se relacionam intimamente com teorias da conspiração, fake news, discursos contrários aos direitos humanos, saúde pública e com apologia à ditadura.

Nos repertórios encontramos como os mais utilizados, o “bloqueio de ruas, pontes, prédios ou avenidas” com 51,46%, seguido de “ato público” 29,03%, “carreata” (8,97%) e “panelaço” (4,88%). Analisamos que no primeiro semestre do ano de 2020, os movimentos sociais se depararam com um cenário onde exigia adaptações em seus modos de reivindicação, tendo em vista a proibição de aglomerações para conter o contágio do covid-19. Então as carreatas, utilizadas pelos movimentos conservadores e panelaços organizados pela esquerda foram os repertórios evidentes neste período. Esta última performance, surgida no Brasil com os movimentos direitistas de classe média a partir de 2013, foi utilizada desta vez, por indivíduos pertencentes à diversos grupos de atores contrários ao governo vigente, insatisfeitos e revoltados

com a postura negligente e pronunciamentos “negacionistas” do representante da república. Sendo assim, durante o primeiro semestre de 2020 em todas as capitais brasileiras, ecoavam das janelas para as ruas os gritos de “Fora, Bolsonaro!”.

## Referências

- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. São Paulo, Lua Nova, 2009, no.76, p.49-86.
- ALONSO, Angela. **Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito**. sociologia & antropologia | v.02.03: 21 – 41, 2012
- AVRITZER, L. **Participação na democracia brasileira: a hegemonia popular e a inovação do protesto da classe média**. Opinião Pública, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 43–59, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8650170>. Acesso em: 31 maio. 2021.
- BRANDÃO, Lucas Coelho. **A Literatura sobre Movimentos Sociais: Interações entre a Política Institucional e a Política não Institucional**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n. 71, p. 123-143, 2013.
- BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 8.243, DE 23 DE MAIO DE 2014**.
- CRUZ, Sebastião C. Valasco (org.). **Direita, volver!: O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. 306 p.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- HUTTER, Swen. **Protest Event Analysis and its Offsprign**. In: DELLA PORTA, Donatella. *Methodological Practices in Social Movement Research*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p.335-367.
- IVO, Anete Brito Leal (Ed.). **Dicionário temático de desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. Annablume, 2013.
- KOOPMANS, Ruud; RUCHT, Dieter. **Protest Event Analizes**. In: KLANDERMANS, Bert.; STAGGENBORG, Suzanne. (eds). *Methods of Social Movements Research*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002. pp. 231-259.
- NEIDHARDT, Friedhelm; RUCHT, Dieter. **Methodological Issues in Collecting Protest Event Data: Units of Analysis, Sources and Sampling, Coding Problems**. In: KOOPMANS, Ruud; NEIDHARDT, Friedhelm; RUCHT, Dieter (eds). *Acts of dissent: New Development in the Study of Protest*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1999. pp. 65-89.
- OLSAK, Susan. **Analysis of Events in the Study of Collective Action**. *Annual Review of Sociology*, vol.15, 1989, pp. 119-141.
- PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Camila Farias da. **Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performances**. *Revista Sociologia & antropologia*, Editores: PPGSA/UFRJ. Rio de Janeiro, v. 10, ed. 02, p. 615-645, maio-agosto 2020. Disponível em: <http://www.sociologiaeantropologia.com.br/v-10-n-02/>. Acesso em: 29 maio 2021

SANTOS, Jonatha Vasconcelos. **Protestos e análise de dados secundários construindo um banco de ações de protestos em Sergipe (2010-2017)**. Leituras sociológicas contemporâneas: contribuições do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFS), Editora UFS. São Cristóvão, SE, p. 98-110, 2020.

SILVA, Marcelo K.; ARAÚJO, Gabrielle O.; PEREIRA, Matheus M. **Análise de Eventos de Protesto no Estudo de Repertórios Associativos**. In: ROBERTT, Pedro; RECH, Carla M.;

LISDERO, Pedro; FACHINETTO, Rochele F. Metodologia em Ciências Sociais Hoje, Vol. 2: práticas, abordagens e experiências de investigação. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p.311-330.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Trad. de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e sistema político. Um diálogo (preliminar) com a literatura**. 6º encontro da ABCP, julho/agosto, 2007.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Menlo Park: Addison-Wesley Publishing Company. 1978.

TILLY, Charles. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº 3, p. 133- 159, janeiro/julho, 2010.

TOURAINÉ, Alain. **“Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos”**. Lua Nova, São Paulo, n. 17, p. 5-18, jun, 1989.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 25, nº 1, jan.-abr., 2019